

FORMAÇÃO DE PROFESSORES: SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS

Lidiane da Costa Ribeiro¹, Nadir Dias Borburema², Dra. Ana Cabanasⁿ

Facultad Interamericana de Ciencias Sociales (FICS), Calle de la Amistad 777, Asunción, Paraguay

¹lidianecosta@se-pmmc.com.br, ²nadirborburema@gmail.com, ⁿanakabanass@gmail.com

Resumo

O Atendimento Educacional Especializado é prestado pela Educação Especial voltado à eliminação de barreiras que dificultam o desenvolvimento e a aprendizagem do aluno. Quando fomentado por uma Sala de Recursos Multifuncionais eficiente de modo complementar ou suplementar ao desenvolvimento escolar do aluno com deficiência resulta em impactos significativos. Assim, este estudo tem como objetivo ponderar sobre as potencialidades da Sala de Recursos Multifuncionais, impactando no desenvolvimento holístico, na aprendizagem plena e na melhoria do desenvolvimento escolar no Ensino Básico. Por isso, conclui-se que o olhar deve ser voltado à formação básica do professor, complementar e continuada, afirma a atualização e desenvolvimento dos conteúdos; ao planejamento das aulas; à aplicação de técnicas de ensino e avaliação, resultando no desenvolvimento integral do educando de maneira serena.

Palavras-chave: Sala de recursos multifuncionais. Atendimento educacional especializado. Plano de Ensino Individualizado. Desenvolvimento integral. Formação Docente.

Área do Conhecimento: Ciências Humanas, Educação.

Introdução

Os quatro eixos fundamentais do Atendimento Educacional Especializado (AEE) são a identificação das necessidades dos alunos, a criação de um planejamento amparado pelo Projeto Político Pedagógico (PPP) da instituição de ensino, a produção de materiais acessíveis e adaptados, a compra de ferramentas e demais materiais de apoio, a orientação e a qualificação de professores do ensino regular e das famílias responsáveis, a Formação Docente Continuada (FDC) que atua no AEE. As salas de recursos multifuncionais (SRM), são espaços onde é realizado o AEE, devendo contar com recursos de tecnologia assistiva (TA), mobiliário adaptado, recursos pedagógicos, equipamentos específicos, materiais didáticos e isenta de barreiras arquitetônicas, disponibilizando recursos confeccionados pela equipe pedagógica, objetivando a eliminação de barreiras no ambiente escolar e demais espaços sociais.

O Plano de Ensino Individualizado (PEI) auxilia na organização curricular, norteia a intervenção docente e parte das habilidades já consolidadas pelo escolar visando ampliá-las ao longo do percurso. Devem ser seguidas algumas etapas na construção deste plano, como conhecer o aluno e traçar um perfil com habilidades desenvolvidas e as incipientes, estabelecer metas de desenvolvimento de habilidades, definição de cronograma e prazos culminando na avaliação. O inventário de habilidade deve conter as habilidades acadêmicas e para as atividades de vida diária (AVD), por exemplo, ligadas à alimentação e ao autocuidado. Baseado em um inventário de habilidades é se definem metas de curto, médio e longo prazo alcançáveis e mensuráveis, por isso, classificam-se habilidades a serem trabalhadas na SRM, envolvendo ferramentas flexíveis, condutoras e individualizadas para se fomentar um plano educacional da turma, ano ou ciclo ao qual o aluno com deficiência está regularmente matriculado.

A prática reflexiva dos professores contribui significativamente para a melhoria da inclusão em sala de aula, ao promover a autoconsciência, a adaptação de estratégias de ensino, a colaboração, o desenvolvimento profissional e a criação de um ambiente inclusivo, implementando ações que

garantam uma educação de qualidade e inclusiva para todos os alunos. Com isso, se torna relevante a FDC para a inclusão em sala regular para garantir uma educação de qualidade e inclusiva para todos os alunos ao promover estratégias como o conhecimento sobre necessidades especiais, o acesso a recursos e estratégias de ensino inclusivos, a colaboração e o trabalho em equipe, a reflexão e as práticas reflexivas, a sensibilização e o combate ao preconceito, e a atualização constante para atender às necessidades dos alunos

Nesse ínterim, o propósito deste estudo é ponderar sobre as potencialidades da SRM, impactando no desenvolvimento holístico, na aprendizagem plena e na melhoria do desenvolvimento escolar no Ensino Básico.

Metodologia

A metodologia utilizada foi uma pesquisa descritiva e bibliográfica com abordagem qualitativa. Como se empregou o método de revisão bibliográfica a partir de sites governamentais e artigos científicos de banco de dados como o *Scholar* Google. Entre os critérios de inclusão estavam conter as palavras-chave deste estudo e que pudessem responder a duas questões (Q):

Q1. Qual é o impacto causado pela SRM?

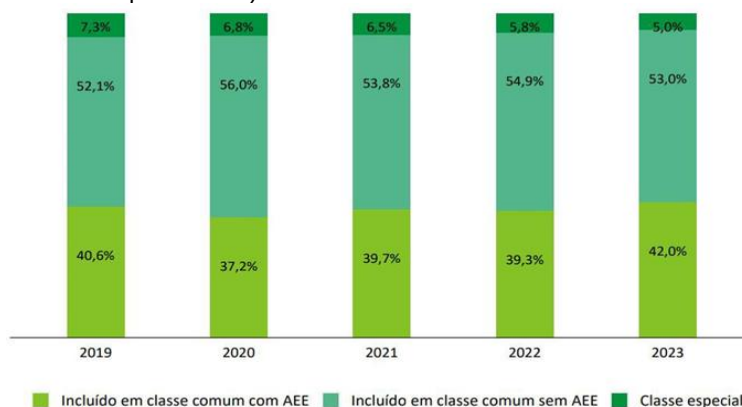
Q2. Qual é a perspectiva da FDC para a utilização da SRM?

Resultados

De acordo com os dados do Censo Escolar divulgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2023), o Brasil tinha 1.372.000 estudantes da Educação Especial matriculados em classes comuns, 89,9% das matrículas em classes comuns, 129 mil matrículas da Educação Especial desde a Educação Infantil, 36% das escolas com SRM. Então, para fortalecer a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPI), foram organizados quatro eixos: Expansão do acesso, Qualidade e permanência, Produção de conhecimento e Formação (MEC, 2023).

Em consonância com o INEP (2023), até 2026, o Ministério da Educação (MEC) pretende alcançar a ampliação de 1,3 milhão para mais de 2 milhões de matrículas na Educação Especial em classes comuns (100% das matrículas); para 169 mil matrículas Educação Especial na Educação Infantil; a oferta de SRM em 72% das escolas - atualmente, oferta restrita a 36% das escolas. Entretanto, para que estes índices sejam alcançados é proposto a formação inicial e continuada docente em PNEEPI para 1.250.000 professores de classes comuns, 48.700 professores de AEE, 106.622 gestores escolares, 24 mil estudantes de graduação, 240 mil bolsistas do Programa Interinstitucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) e Residência Pedagógica, envolvendo 37.500 preceptores E 21 mil estudantes de mestrado profissional.

Gráfico 1 – Percentual de matrícula de alunos de 4 a 17 anos de idade com deficiência, transtorno global do desenvolvimento ou altas habilidades\ superdotação que frequentam classes comuns (com ou sem atendimento educacional especializado) ou classes educacionais exclusivas. Brasil 2019 - 2023.



Fonte: INEP (2023).

Diante desse cenário, o artigo intitulado “Tecnologia assistiva na sala de recursos multifuncionais: a capacitação do professor e a importância para a inclusão do estudante com deficiência” de Moraes e Gomes (2023), diante da crescente inserção de pessoas com deficiência (PCD) no ensino regular, para que de fato haja a inclusão, não basta apenas garantir o direito de acesso à escola, é essencial que todos os educandos, independentemente, das habilidades ou das necessidades especiais, tenham acesso a um currículo adequado, um ambiente adaptado e a eliminação de barreiras de qualquer natureza. Para isso, torna-se imprescindível a formação e capacitação contínua dos professores, garantindo que todos os profissionais envolvidos na educação inclusiva estejam preparados para desempenhar funções com eficácia e eficiência para uma educação inclusiva e de qualidade.

Os atendimentos projetados na SRM, com foco nas necessidades de alunos com diferentes habilidades e nas necessidades especiais, requerem atenção sensível para se valorizar a diversidade e oferecer a igualdade de oportunidades a esses estudantes, proporcionando recursos e suporte adequado. Ou seja, torna-se necessário observar diversos elementos, como a Tecnologia Assistiva (TA) alinhado e a SRM são essenciais para a execução do processo de uma inclusão, eficaz e sustentável, eliminando alguns tipos de barreiras: de comunicação, acesso a informação, físicas, sensoriais, cognitivas, sociais e emocionais.

A TA na SRM inclui uma variedade de recursos, como dispositivos de comunicação aumentativa e alternativa, *softwares* de apoio à leitura e escrita, equipamentos de acessibilidade física e digital, entre outros. No entanto, orais e Gomes (2023) frisam que o uso efetivo da (TA) depende da capacitação e do conhecimento docente acerca da utilização dessas tecnologias de forma adequada e integrada ao currículo, adaptando-as às necessidades individuais dos estudantes para o desenvolvimento de habilidades técnicas e pedagógicas, sendo capazes de identificar as melhores práticas de ensino. Além disso, ser capazes de planejar e implementar estratégias de ensino inclusivas que promovam o engajamento e a participação ativa de todos os escolares.

Adiante, no estudo brasileiro de Picolini e Fores (2024), intitulado “A Formação de professores para Atuação com os Alunos Público-Alvo da Educação Especial”, definem que a formação e a capacitação de professores é crucial na qualidade da educação oferecida aos educandos, especialmente no contexto da educação inclusiva, destacando a colaboração e a troca de conhecimentos e experiências entre educadores, contribuindo para o desenvolvimento de práticas pedagógicas (PP) mais eficazes e inclusivas. Por isso, a FDC envolve a capacitação para promover a inclusão digital e a criação de SRM que são temas relevantes no campo educacional de modo a acompanhar as mudanças e os avanços tecnológicos na educação.

Assim, os professores ao estarem atualizados e preparados, podem utilizar a tecnologia de forma eficiente, promovendo a inclusão digital e proporcionando uma educação de qualidade, preparando os escolares para os desafios do século XXI. Contudo, a SRM é vista como um espaço projetado para auxiliar no processo de ensino e aprendizagem, oferecendo uma variedade de recursos e ferramentas que atendem às necessidades dos alunos e dos professores.

Esse ambiente precisa ser equipado com tecnologias avançadas, materiais didáticos, jogos educacionais, livros e outros recursos que podem ser utilizados para promover o desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes. Além disso a SRM é utilizada para a formação de professores, nesse espaço os educadores têm a oportunidade de participar de treinamento, *workshops*, e palestras que visam ao aprimoramento das habilidades pedagógicas, a fim de promover a troca de experiências e atualizar os conhecimentos sobre práticas educacionais inovadoras.

Com isso, Picolini e Fores (2024) revelam que ao investir na capacitação dos professores, proporciona-se uma educação inclusiva, atrativa e eficaz para se promover o atendimento mais conveniente às necessidades individuais dos alunos e prepará-los para os desafios do mundo atual. Dessa forma, a SRM proporciona experiências de aprendizagem dinâmica, significativa e personalizada, além de proporcionar uma aprendizagem ativa, o engajamento dos alunos e o desenvolvimento de habilidades essenciais quanto à capacitação dos professores, contribuindo para uma educação qualificada.

Discussão

O PEI está amparado na lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9394/1996) para ser um processo colaborativo que visa à garantia de que todas as partes envolvidas compreendam e estejam comprometidas com este planejamento

com o intuito de proporcionar uma educação inclusiva e de qualidade, atendendo às necessidades individuais do educando.

Cada estudante possui singularidades e apresenta demandas e habilidades. Com isso, o PEI é uma ferramenta indispensável para garantir que cada aluno receba a educação personalizada e adequada para alcançar o sucesso acadêmico e pessoal. Este planejamento é um processo contínuo, que envolve a revisão regular do plano de ensino e a avaliação do progresso do aluno. Nesse sentido, torna-se necessário o envolvimento dos pais e dos professores da sala regular para garantir uma colaboração efetiva e o apoio adequado ao escolar.

Considerando as necessidades e as características individuais de cada aluno, o PEI promove o desenvolvimento acadêmico e social do educando por meio da identificação das necessidades individuais, da definição de metas e objetivos, das adaptações curriculares e metodológicas, das intervenções e suportes especializados, e do monitoramento e revisão contínua do progresso, buscando alcançar o potencial máximo de aprendizagem e desenvolvimento dos escolares.

De acordo com Manual de Orientação: Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais (MEC, 2011) que tem por objetivo informar os sistemas de ensino sobre o programa de ampliação das SRM, a eficácia de Políticas Públicas Inclusivas, eliminam a discriminação e a segregação, assegurando a matrícula em sala comum aos alunos com deficiência e ofertando com qualidade o atendimento educacional especializado, anteriormente previsto no Projeto Político Pedagógicos das Unidades de Ensino e conforme dispõe a Resolução CNE/CEB nº 4/2009, art. 10º, o Projeto Político Pedagógico - PPP da escola de ensino regular deve institucionalizar a oferta do AEE.

Conclusão

A formação docente quando alinhada à utilização da SRM e ao PEI como ferramenta de levantamento das habilidades prévias e precárias dos alunos gera uma amostra de qual o caminho a ser percorrido pelo educador no processo de ensino ressalta uma abordagem holística na educação inclusiva.

De modo geral, conclui-se que existe um esforço massivo realizado pelo MEC na ampliação, no acesso, na qualidade e na permanência condizente à formação inicial e continuada dos profissionais da educação brasileira, ampliando o acesso a SRM a ideia é transpassar barreiras de acessibilidade no ensino, sejam elas pedagógicas, atitudinais ou da vida cotidiana efetivando o processo inclusivo. A integração dessas práticas e ferramentas resulta em um sistema educacional inclusivo e eficaz, de modo que todos os alunos têm a oportunidade de aprender e se desenvolver plenamente, contribuindo para uma sociedade mais justa e equitativa.

Referências

BRASIL. Presidência da República. Planalto Central. Subchefia para Assuntos Jurídicos.

Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm Acesso em: 24 jul. 2024.

BRASIL. Presidência da República. Planalto Central. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto Nº 7611**, de 17 de novembro de 2011, dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm?msckid=aaefb3ba92f11ecfb4938b9c7ce217 Acesso em: 24 jul.

2024.

BRASIL. Presidência da República. Planalto Central. **Lei nº 9394**, de 20 de dezembro de 1996, institui as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF, 1996. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394 Acesso em: 24 jul. 2024.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP).

Censo da Educação Básica 2022: notas estatísticas. Brasília, DF: INEP, 2023.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Censo Escolar da Educação Básica 2023:** Resumo Técnico. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_escolar_2023.pdf Acesso em: 24 jul. 2024.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, Secretaria de Educação Especial. **Manual de Orientação:** Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais. Brasília: MEC, 2010.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC):** Ensino Médio. Brasília: MEC, 2019.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Conselho Nacional De Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução nº 4**, de 2 de outubro de 2002. Publicado no Diário Oficial da União (DOU) em 22 de janeiro de 2003. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/escola-de-gestores-da-educacao-basica/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/13192-resolucao-ces-2002> Acesso em: 24 jul. 2024.

MORAIS, V. D. de; GOMES, P. B. Tecnologia assistiva na sala de recursos multifuncionais: a capacitação do professor e a importância para a inclusão do estudante com deficiência. **Revista Eventos Pedagógicos**, v. 14, n. 2, p. 461-75, 2023.

PICCOLINI, B.R.A.FLORES, M.M.L. Formação de professores para atuação com os Alunos Público Alvo da Educação Especial. **Revista Sapiência: Sociedade, Saberes e Práticas Educacionais**, v.13, n. 1, p. 119-137, jan. 2024.